

USO E NORMA: A “ORDEM” NA GRAMÁTICA DE JERÔNIMO CONTADOR DE ARGOTE

Marli Quadros Leite (USP/CNPq)

RESUMO: *Neste artigo buscaremos observar como a ordem dos elementos na palavra ou na frase é descrita na obra “Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina”, de Jerônimo Contador de Argote, de 1725 [1721].*

ABSTRACT: *In this paper we observe how Jerônimo Contador de Argote, in the grammar “Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina”, 1725, (Rules of the portuguese language, mirror of the Latin language,) works about linguistic order.*

PALAVRAS-CHAVE: língua portuguesa; gramática portuguesa; uso linguístico; norma linguística; ordem.

KEY WORDS: Portuguese Language; portuguese grammar; linguistic use; linguistic norm; linguistic order.

0. Introdução

A *ordem* não é um traço pertinente para a língua portuguesa. Essa declaração pode nos fazer pensar que os elementos se organizam de modo aleatório no enunciado português, mas isso não é completamente verdadeiro. O que se passa em nossa língua, quanto ao problema do posicionamento dos elementos na frase, é que na maioria dos casos a ordem não é fixa nem pertinente, mas em alguns outros, sim. Por exemplo, quanto à posição dos artigos e dos pronomes relativos, a ordem é fixa, já no caso dos adjetivos e pronomes adjetivos a ordem é variável e sua alteração pode, ou não, implicar mudança de função do elemento, o que, portanto, torna a ordem pertinente. Nos demais casos, o que se observa é *relativa liberdade* de ordem, porque, embora a alteração da posição dos elementos, em relação a uma ordem prevista no sintagma e na frase (SVO), seja possível, traz nuances estilísticas ou pragmáticas inexistentes na ordem habitual.

Como diz Pontes (1987, p. 108), os gramáticos portugueses e brasileiros nunca deram a devida importância ao fenômeno da ordem. Em verdade, completa a autora, citando Contreras (1978), os gramáticos em geral, hindus, gregos e romanos, não estudaram com grande interesse o assunto. A reconstrução histórica das idéias sobre a questão é trabalhosa porque a referência à ordem parece não estar em lugar nenhum, por não estar explicitado em índices, sumários e títulos, mas está em muitos lugares das gramáticas, quando os autores tratam de diversos assuntos, desde, por exemplo, a constituição da sílaba até a organização dos períodos.

Neste artigo, buscaremos observar, como a *ordem dos elementos na palavra ou na frase* é descrita na obra *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*, de Jerônimo Contador de Argote, de 1725 (1ª edição de 1721). A obra foi analisada para descrever-se como o problema da ordem dos elementos na palavra e na frase foi tratado pelo autor.

Teoricamente, operaremos com as noções de *frase*, *palavra* e *ordem*, todas entendidas conforme o que dispõe a lingüística tradicional, mas que se pode explicar pelas idéias de lingüistas contemporâneos. Entende-se, assim, *frase* como “a maior unidade de análise gramatical: isto é, a maior unidade que o lingüista reconhece para explicar as relações distribucionais de seleção e exclusão que se encontram na língua que ele está descrevendo” (LYONS, 1979, p. 183), ou como uma divisão elementar do discurso, pertencente à estrutura lingüística por obedecer a padrões sintáticos vigentes na língua, no seu sentido de sistema por que se pauta o discurso (CAMARA JR., 1986). A *palavra*, por sua vez, como parte do discurso, é aqui referida como um elemento na sua integralidade mórfica, como a “unidade por excelência da teoria gramatical tradicional” (id., p. 202).

A ordem, nas gramáticas portuguesas, não tem nem terminologia nem definição homogêneas. Conforme Neves (2002) já mostrou, o problema, em gramáticas tradicionais que examinou, é referido pelos autores como fenômeno de *colocação*, *construção* e *posição* de elementos na frase, e o âmbito sobre o qual os autores o exploram é também diverso, pois examinam casos de: composição dos sintagmas nominais, quando investigam, por exemplo, se a alteração da posição (anteposição / posposição) substantivos e adjetivos implica, ou não, mudança de sentido; colocação dos termos na oração; colocação das orações nos períodos.

A *ordem* é uma noção de estrutura superficial¹ que pode, a depender do tipo estrutural da língua (*aglutinante* ou *flexiva*, ambas do tipo ‘sintético’, ou *isolante*, do tipo ‘analítico’) ser, ou não, pertinente². Segundo tal conceito, as línguas sintéticas (como o latim clássico e o grego, que têm flexão causal) podem dispor aleatoriamente os elementos na frase porque o sentido está inscrito em cada morfema que compõe a palavra, portanto, a ordem não é traço pertinente. Já as línguas analíticas (como o chinês e o vietnamita), em tese, a ordem é pertinente. O problema, não é difícil perceber, é simplificado ao extremo se enfrentado pelo viés dessa teoria. Como as línguas não se distribuem em tipos ‘puros’, conforme esclarece Lyons (op. cit, p. 199)³, a ordem pode apresentar-se pertinente também nas línguas ‘sintéticas’, o que ocorre, como explica Neves (2002, p. 159), no grego, quanto às palavras clíticas que têm de se apoiar no elemento seguinte (enclíticas) ou antecedente (proclíticas) a elas. Esse é, inclusive, diz Neves, um assunto sobre o qual Apolônio Díscolo discorreu. Em tese, portanto, as gramáticas das línguas de tipo ‘analítico’ devem tratar do problema da ordem já que o estatuto dos elementos surge da posição que cada um ocupa na frase.

¹ Lyons (1979, p. 215).

² Ampliamos o conceito de pertinência (JAKOBSON, 1981), da fonologia para a sintaxe, ao dizer que a ordem dos elementos lingüísticos pode ser gramatical (quando a alteração de uma ordem prevista, canônica, de certo elemento acarreta mudança de função e, também, de sentido).

³ “Visto que uma língua poderia ser, e é em geral, relativamente isolante quanto a certas classes de palavras, e relativamente sintética quanto a outras, as relações poderiam ser bem diferentes se fossem calculadas [o autor apresenta os seguintes dados: o inglês (com uma proporção de 1,68) é mais analítico que o sânscrito (2,59) ou o esquimó (3,72), que é bastante ‘sintético’ sobre todas as palavras da língua contando-se cada palavra uma só vez.”

O português, entretanto, não se “transformou” em língua analítica. Segundo depoimentos de filólogos, como Williams (1975)⁴ e Maurer Jr. (1959), o latim vulgar já se tinha analisado e a ordem das palavras tornou-se um mecanismo de organização da frase.

A língua portuguesa não é, como o latim clássico, uma “língua sintética” nem completamente analítica. O latim vulgar já era analisado mas, como afirmou Maurer Jr. (op. cit.), o problema da ordem era muito mais um problema de estilo que de gramática. Também, o português, embora seja a continuação do latim já analisado, não é uma língua completamente analítica porque os elementos da frase não têm ordem absolutamente fixa, embora em certos casos esse seja um fenômeno gramatical, funcional da língua. O pivô da frase é o verbo, ao redor do qual os demais elementos se organizam, por isso existe, quanto à organização da frase, uma ordem (SVO) se não fixa, pelo menos prevista, esperada; mas, quanto à organização interna de sintagmas que têm certa formação (por exemplo, artigo/substantivo, preposição/substantivo e outros) a ordem é fixa. Estudo recentes, como os de Tarallo et alii (2002) e o de Kato (1987), mostram que a ordem⁵ canônica é a preferida pelos falantes das amostras analisadas. Tarallo et alii (op. cit., p. 47) assim afirmam:

Os dados deste estudo mostram que, embora o princípio da adjacência não atue de forma estrita no sistema da língua portuguesa do Brasil, possibilitando a intromissão de elementos entre os núcleos atribuidores de caso e seus receptores *o usuário da língua privilegia, no entanto, as formas em que a adjacência canônica é respeitada (...)*. (Grifamos)

Isso mostra que se há “preferência” pela ordem canônica, a ruptura da ordem é, também, possível. Os gramáticos, em geral, captam essa instabilidade, mas somente alguns chegam a compreender os casos em que a ordem é funcional, isolando-os dos que são meramente estilísticos ou pragmáticos.

A seguir, então, passaremos a examinar e comentar as referências à ordem na gramática de Argote.

1. A obra em seu contexto

D. Jerônimo Contador de Argote, português de Colares, nasceu em 1676 e morreu em 1749, em Lisboa, no Convento dos Caetanos. Além de gramático, o Padre foi historiador e escreveu, dentre outras, a obra *Memórias Históricas do Arcebispado de Braga* (1744), dividida em quatro volumes e dedicada ao rei D. João V. A gramática de Argote, *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*, teve duas edições, tendo sido a primeira, de 1721, publicada sob o pseudônimo da Pe. Caetano Maldonado da Gama. A gramática organiza-se em quatro partes: a primeira, com onze capítulos, trata de morfologia; a segunda, com oito capítulos, trata de sintaxe; a terceira, com sete

⁴ Segundo Williams (op. cit, p. 22-3), “a flexão [no latim vulgar] foi substituída pela perífrase. A análise tomou o lugar da síntese. E a ordem das palavras veio a assumir em sintaxe um papel de máxima importância”. Nesse mesmo sentido argumenta Maurer Jr. (1959, p. 192) que diz “A disposição das palavras se simplifica e se fixa, em oposição ao latim literário, no qual a ordem admite grande liberdade, sujeitando-se antes às preocupações de estilo do que às exigências da gramática.”

⁵ *Adjacência* é a terminologia usada pelos autores citados.

capítulos, trata de sintaxe figurada; e a quarta, acrescentada na edição de 1725. Essa edição, a segunda, é, por isso, diferente da primeira, porque trouxe essa quarta parte, com três capítulos, sendo o primeiro “*Dos dialectos da lingua portuguezsa*”; o segundo sobre a “*Construção da lingua portugueza*”; o terceiro sobre “*Pratica da regencia da lingua portugueza*”, acompanhado da análise, apresentada como exercício, de uma carta, inédita naquela época, do Padre Antonio Vieira⁶, além de um “*Tratado breve de ortografia*”, com três capítulos.

Essa foi a primeira sistematização, embora ainda imperfeita, dos dialetos portugueses (continentais, insulares e ultramarinos)⁷. O comentário sobre o assunto é organizado a partir de três tipos de dialetos: *locais*; *de tempo*; e *de profissão*. Vê-se, assim, que o autor, além de tratar de variedades diatópicas e diacrônicas, trata também da variedade diastrática, embora superficialmente, quando se refere à linguagem popular, à gíria de Lisboa e à linguagem dos ciganos. Os “dialetos de profissão”, como denominados pelo gramático são, em verdade, referentes ao estilo (prosa e verso) e não, propriamente (como se distingue hoje), aos dialetos sociais. Antes de Argote, gramáticos e ortógrafos reconheceram a variação da língua⁸, mas nenhum havia tocado tão profundamente o assunto.

A gramática beneficiou-se de alguma repercussão na época em que apareceu, mas teve apenas as duas edições, as antes citadas de 1721 e de 1725. Como argumento em favor da importância e reconhecimento da obra, em seu tempo, lembramos que Antonio José dos Reis Lobato, autor da *Arte da Grammatica Portugueza*, de 1770, o gramático oficial de Portugal da época do rei D. José I, cuja obra foi recomendada pela reforma pombalina, refere-se às *Regras* e, embora teça severas críticas a alguns “erros” de Argote, afirma que “*não obstante ser huma das melhores, entre as que se tem escrito de linguas vulgares; he diminuta e contem muitas regras falsas*”⁹.

O texto das *Regras* de Argote apresenta-se na forma de diálogo, à moda dos socráticos¹⁰, em que “conversam” o Mestre (M.) e o Discípulo (D.), estando o mestre no papel de inquiridor, como Sócrates, para levar o discípulo a refletir e encontrar as respostas sobre os temas gramaticais a respeito do que falam.

A gramática de Argote segue uma tendência universalista, já inaugurada, ainda que intuitivamente, na gramaticologia portuguesa por Fernão de Oliveira e desenvolvida por Amaro de Roboredo, autores que haviam intuído sobre a existência de regras universais nas línguas. Argote, diferentemente dos primeiros, porque muito consciente dessas regras, afirma-se partidário da *Grammaire Générale et Raisonnée*, de Port Royal, tanto que assim diz:

⁶ Outras novidades da edição são: a revelação do nome do autor e uma dedicatória ao príncipe (que se tornou rei D. José I).

⁷ Cf. Vasconcelos (1987, p. 55).

⁸ Vasconcelos (op. cit., p. 51-54) dá notícia completa de autores que falaram da variação lingüística portuguesa antes e depois de Argote, mas aqui transcrevemos apenas as indicações dos autores que oantecederam: Fernão de Oliveira (1536); João de Barros (1540, no *Diálogo em louvor de nossa linguagem*); Duarte Nunes do Lião (*Orthographia da lingua portuguesa* (1576) e *Origem da lingua portugueza* (1606); Faria de Souza (*Europa portuguesa, Epitome de las historias portuguesas e Historia del reyno de Portugal*); Ferreira de Vera (*Orthographia*); Bento Pereira (*Regras geraes breves e comprehensivas da melhor orthographia*); Dom Francisco Manoel de Mello (*Apologos dialogaes*).

⁹ Reis Lobato critica também as gramáticas de Fernão de Oliveira, de João de Barros e do Pe. Bento Pereira.

¹⁰ Seguindo a “gramática discursada do padre Lami”, como denominou o próprio Autor, no prólogo, explicando a sua filiação; assim também Reis Lobato se referiu às *Regras* (p. XXIV).

Também advirto que alguns poderão estranhar a explicação, que dou a alguns pontos da Grammatica Portuguesa, porém os que forem versados na lição do novo methodo dos Padres da Congregação de Portroial, e da Grammatica discursada do Padre Lami, verão que na explicação da Grammatica Portuguesa observo a mesma doutrina, que elles observarão a respeyto da Latina. (Introdução)

2. A questão da ordem em *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina* (1725)

Como nas gramáticas que antecederam as *Regras*, a *ordem* é tema importante e orientador da explicação sobre o funcionamento da língua, embora não exista nenhum capítulo reservado especificamente para seu estudo. É a ordem, como veremos a seguir, que direciona a explicação sobre a sintaxe da língua. Antes, porém, vemos a referência à ordem como mero indicador de palavras que se posicionam umas antes ou depois de outras, em posição fixa. Esses são os casos dos artigos e das preposições, que se põem antes de outras palavras, como se pode conferir a seguir:

M. E que cousa he artigo?

D. Artigo he huma palavrinha, ou particula, que se poem antes do nome.

M. Disey exemplos.

D. A *virtude*. A particula A posta antes do nome *Virtude* he artigo. O *amor* a particula O posta antes do nome *Amor* he artigo. (*Regras*, p. 5)

M. Qual he a sexta casta de palavra, que há na lingua Portugueza?

D. As Preposicoens.

M. Que cousa he Preposição?

D. Preposição he huma palavra, que se poem antes das outras palavras, ou junta, ou separada. (*Regras*, p. 172)

Os advérbios são conceituados a partir de sua posição junto (depois) de verbo ou adjetivos:

M. E porque estas palavras se chamaõ Adverbios?

D. Porque ordinariamente se poem junto ao Verbo, assim como *Combate valerosamente*.

Tambem se poem cõ os adjectivos, assim como *Muyto bom*, mas sempre leva Verbo, ou se lhe entende. (*Regras*, p. 170)

É no domínio da sintaxe que a ordem ganha muita importância na gramática de Argote. A sintaxe é definida, sobretudo, a partir do conceito da organização das palavras na frase e, agregadamente, de concordância e regência. Isso é o que se pode ler no excerto abaixo:

Mestre. Que cousa he Syntaxe?

D. Syntaxe he a boa ordem, e disposição das palavras.

M. E que cousa he a boa ordem, e disposição das palavras?

D. He estarem as palavras no numero, caso, e no lugar, que lhes pertence.

M. Dizey exemplo.

D. O *Pay ama aos filhos*. Nesta Oração há boa ordem de palavras, porque todas as palavras estão no numero, caso, e lugar, que se lhes deve. Ao contrario se eu disser *O pay aos ama filhos*, ou *Os Pay amão aos filho*, estão mal ordenadas as palavras, porque não estão no caso, e lugar, que deve ser. (*Regras*, p. 184)

Ainda mais, na sequência do trecho transcrito a seguir, o gramático classifica, na segunda parte da gramática, dedicada ao estudo da sintaxe, os problemas de sintaxe

todos pelo critério da ordem. Diz ele que, se as palavras aparecerem nos lugares esperados, ou mais usados, a sintaxe é considerada *simples*, mas se essa ordem não for obedecida, considera ter havido alterações na ordem normal da frase e a sintaxe é considerada *figurada*. A sintaxe simples é também denominada “ordem natural” das palavras e é apresentada a partir de dois critérios. Primeiro, o da organização do sintagma nominal, em que o artigo precede o nome e o adjetivo o substantivo. Segundo, o da organização da frase, em que o sujeito precede o verbo, que é sucedido pelos complementos, na ordem SVO. Leia-se a passagem:

- M. E quantas castas ha de Syntaxe?
 D. Duas.
 M. Quaes são?
 D. Syntaxe simples, e Syntaxe figurada.
 M. Qual é a simples?
 D. He a que ensina as regras de ordenar bem as palavras na ordem natural.
 M. E qual he a ordem natural das palavras?
 D. He que o artigo esteja antes do nome, o nominativo antes do Verbo, o caso do Verbo depois do Verbo, que o adjectivo tenha seu substantivo, &c.
 M. Dizey exemplo.
 D. *Pedro ama a seu pay*. Nesta Oração as palavras estão na sua ordem natural, porque o nominativo *Pedro* està antes do Verbo *ama*, depois do Verbo està seu caso, &c. Ao contrario nesta Oração *Ama Pedro ao pay seu* as palavras não estão na ordem natural porque o nominativo *Pedro* està depois do Verbo, &c. (*Regras*, p. 185)

Encaixados os problemas de concordância e regência no domínio da *syntaxe simples*, Argote desenvolve o capítulo. O problema da ordem é retomado com força na parte seguinte, a terceira, para a análise dos casos em que a frase não se enquadra nas regras da ordem natural, que configura a sintaxe simples. Assim, nessa parte da gramática abre-se um espaço ao estudo de casos que rompem a lógica das regras expostas, as figuras, mas que não são considerados defeitos.

A explicação de Argote para os casos de ruptura dessa ordem tida como natural é baseada, assim, no conceito de sintaxe figurada, quer para as inversões de posições (hipérbato), quer para a ausência de elementos em lugares onde seriam obrigatórios (elipse). O que o trecho seguinte revela é que não somente é possível mas também normal no português a infração da regra da ordem natural. Por ser, talvez, de menor ocorrência na prosa, a quebra é sempre considerada como caso especial, por isso é descrita como *figura*, que, nesse caso, é a licença para se dispor as palavras em outra ordem, que não a natural, sem que isso seja considerado erro. Observe-se o diálogo do mestre e do discípulo sobre o assunto:

- Mestre. Que he cousa Syntaxe figurada?
 D. São as regras de dispor bem as palavras fora da ordem natural, e por figuras.
 M. Que cousa he figura?
 D. He o modo de fallar contra as regras de dispor as palavras fora da ordem da Syntaxe simples, porém admitido o uso.
 M. Dizey exemplo.
 D. *O Turco arma*. Nesta Oração o Verbo activo *Arma* não tem accusativo, contra as regras da Syntaxe simples, e assim ha figura na tal Oração, e lhe faltão as palavras *A sua gente*.
 M. E quantas figuras ha na Syntaxe?
 D. Muytas, mas todas se reduzem a quatro, ou cinco.
 M. Quaes são?
 D. *Ellipse*, que quer dizer falta. *Pleonasmo*, que quer dizer superfluidade. *Sillepse*, que quer dizer pensamento; *Hiperbaton*, q quer dizer propriedade. (*Regras*, p. 241)

O conceito de *figura* é bem estendido por Argote. Pelo que se percebe, a figura para ele é usada para justificar e considerar aceitáveis todos os fenômenos da língua portuguesa que não encontram explicação pelas regras clássicas da gramática latina. Por isso, aí ficam incluídas as “figuras de dicção”, os idiotismos e a ênclise. À pergunta do mestre sobre o que é dicção, o discípulo responde que “he o modo particular de dizer, ou escrever algũas palavras, contra as regras commuas”. A resposta para a pergunta sobre idiotismo assim é formulada:

- D. Entendo todos os modos, e termos de fallar a lingua Portugueza, que não tem conveniencia, ou semelhança com a Grammatica Latina, ainda que os taes modos de fallar da lingua Portugueza se achem na Grammatica de outras linguas vulgares, assim como na Castelhana, Italiana, &c. (Regras, p. 258)

Outras figuras citadas pelo gramático são *elipse*, *hipérbato*, *pleonismo* e *silepse*. Dentre essas, as que dizem respeito ao problema da ordem são as duas primeiras. O hipérbato é apresentado como uma categoria maior de fenômeno de inversão da ordem das palavras na frase, desdobrado em três subtipos: anástrofe, ou inversão; parênteses, ou interposição; e sínquise, ou confusão. A explicação sobre o hipérbato aparece no seguinte trecho:

- Mestre. Que cousa he Hyperbaton?
 D. He estarem as palavras na Oração fóra do lugar natural, e confusas, a saber, estar o Verbo antes do seu nominativo, ou depois do seu caso, &c.
 M. Dizey exemplo
 D. *A Pedro amo eu.* Nesta Oração as palavras estão fóra da ordem natural, porque **Pedro** he o caso do *Verbo*, está antes do *Verbo Amo*, e o *Verbo Amo* está antes do nominativo *Eu*. (Regras, p. 255)

A sínquise, conforme a lição de Argote, é uma figura aceitável somente na poesia. É esta a explicação do discípulo sobre a figura:

- M. Qual é a figura Synchesis?
 D. He quando na Oração todas, ou muytas palavras estão fora do seu lugar natural.
 M. Dizey exemplos.
 D. *A Pedro amo eu.* Nesta Oração todas as palavras estão fóra do lugar natural, como acima dissemos.
 M. E esta figura usa se no Portuquez?
 D. No verso sim, na prosa não. No Latim em prosa, e verso se usa com mais, ou menos moderação. (Regras, p. 256-7)

Como é fácil observar, Argote não admite o uso, no discurso em prosa, de inversão da ordem tida como natural, pelo que se percebe a partir de suas considerações das possibilidades de inversão da ordem dos elementos na frase. As inversões são próprias e aceitáveis apenas na poesia, e é assim que o problema é explicado:

- M. E em que differe o Dialecto Poetico do Prosaico?
 D. Differe nas palavras, e na ordem das palavras.
 M. Porque differe nas palavras?
 D. Porque ao que no Dialecto Prosaico chama *Throno*, o Poetico muytas vezes chama *Solio*, ao Sol chama *Febo*, ao *Chegar* diz *Appropinquar*. Ao *Ceo* chama *Polo*, &c.
 M. E porque differe na ordem das palavras?
 D. Porque o Dialecto da prosa sempre conserva a ordem natural das palavras, segundo deyxamos dito na Syntaxe. Porém o Dialecto Poetico muytas vezes não conserva a tal ordem, antes usa da figura Hyperbaton, e Synchisis, que explicamos no Capitulo quarto da Syntaxe figurada.

M. Dyzey exemplo.

D. O *Sileno* buscava

Daquellas que a serra deu bacantes

Ja que Ninfas as nega ser errantes

O Hombro sem aljava.

Nestes versos a palavra *Sileno* significa o *Guarda*, *Bacantes* significa *Loucas*, *Ninfas* significa *Mulheres*, *Errantes* significa *Vagabundas*, e a ordem está toda cõfusa, e ordenada no Dialecto familiar devia ser assim- *Buscava ao guarda daquellas mulheres loucas, que vinhaõ pela serra, pois o não trazerem aljava no hombro mostrava não serem mulheres vagabundas*. Onde se vê que he muyto diversa a ordem, que as palavras tem no Dialecto Poetico, e no de prosa. (*Regras*, p. 298)

Na quarta parte, incluída na segunda edição da obra, como antes esclarecemos, Argote trata também de ordem quando explica seu conceito de “construção”. O termo gramatical construção foi cunhado por Prisciano para estudar a sintaxe da frase, pela relação entre as palavras. O termo é empregado por Argote na acepção de “verter” ou “traduzir” que na de relacionar. A construção, nesse sentido, implica duas operações: primeira, a da troca de palavras de um texto, quer se trate de uma tradução de uma língua para outra, quer se trate simplesmente de uma versão de um gênero ou estilo discursivo para outro; segunda, a da ordenação das palavras implica a colocação da frase em uma ordem considerada normal - ou natural, como prefere o autor-, quer a “construção” seja de uma língua para outra, quer seja de um dialeto para outro, ou mesmo de um estilo para outro. A explicação e a exemplificação do fenômeno são dadas a partir da transposição de versos, ou estrofes, para trechos em prosa, como se pode conferir no excerto a seguir exposto:

CAPITULO II.

Da Construção da lingua Portugueza

Mestre. Que cousa he Construção?

D. He declarar com as palavras de huma lingua, ou Dialecto o que está escrito, ou dito em palavras de outra lingua, ou Dialceto; assim como declarar com palavras Portuguezas o que está dito ou escrito com palavras Latinas. Ou declarar com palavras do Dialecto de prosa Portugueza o que está escrito, ou dito no Dialecto Poetico.

M. Dizey exemplo.

D. Quero construir estas palavras no Dialecto Poetico. *No Solio rutilante o fulgor reverberava*, e declaro estas palavras com outras do Dialecto de prosa, que significaõ o mesmo, assim *A luz fazia reflexo no throno resplandecente*.

M. Explicay isso.

D. *Fulgor* quer dizer *Luz*. *Reverberava* quer dizer *Fazia reflexo*. *No Solio* quer dizer *No throno*. *Rutilante* quer dizer *Resplandecente*.

M. E de quantas partes consta a Construção?

D. De duas.

M. Quaes são?

D. Trocar as palavras, e mudarlhe a ordem.

M. Explicay isso.

D. Trocar as palavras he em lugar de humas palavras de huma lingua, ou Dialecto, pòr outras de outra lingua, ou Dialecto, como acima fica dito. Mudar a ordem das palavras he por na ordem natural as palavras, que na lingua Latina, ou no Dialecto Poetico estão confusas pela figura Hyperbaton, como dissemos no Capitulo antecedente. (*Regras*, p. 301)

A “construção” é explicada por meio de nove regras que, em resumo, têm o objetivo de orientar a ação de quem vai traduzir um texto a deixar as palavras ordenadas no modo natural da língua alvo. O início do diálogo entre o mestre e o discípulo, sobre esse assunto, dá-se nos seguintes termos:

- M. E como se sabe trocar as palavras de huma lingua nas palavras de outra lingua, ou palavras de hum Dialecto nas de outro Dialecto?
- D. Isso se sabe pelos Vocabularios.
- M. E como se sabe mudar as palavras da ordem confusa para a ordem natural?
- D. Sabe-se pelas regras da Construção.
- M. Que cousa são as regras da Construção?
- D. São as regras que ensinaõ a pòr em huma lingua na ordem natural as significaçõens daquillo, que em outra lingua, ou Dialecto estava na ordem perturbada, e confusa.
- M. Dizey essas regras.
- D. Primeyra regra. Na Construção a primeyra palavra, que se deve buscar na Oração confusa, he o nome, que faz na Oração, e serve ao verbo de nominativo ou claro, ou occulto, e esta se deve pòr primetro na Oração feyta na ordem natural, e Dialecto da prosa.
- M. Dizey exemplo.
- D. *Insuflava nos mares furiozo.*
Com rapida procella o Austro iniquo.
 Nesta Oração, q està feyta no Dialecto Poetico cõfuso, para lhe desfazer a cõnfusão, e a pòr na ordẽ natural do Dialecto Prosaico, deve-se buscar quem he o nome, que faz na Oração e serve de nominativo ao Verbo *Insuflava*, que significa soprar, e acharemos que he o nome *Austro*, que significa o *Vento Sul*, porque esse nome he o que serve de pessoa ao verbo *Insuflava*; e assim construiremos primeyro, e poremos na Oração natural a palavra *Austro*, dizendo o *Vento Sul*, &c. (Regras, p. 302-30)

Este trecho mostra claramente que a Argote não somente entendia ser a ordem um critério organizador da prosa portuguesa, na modalidade falada ou escrita, mas também que era fundamental para a clareza, já que a frase que atendesse à “ordem natural” permitiria, ou facilitaria, sua compreensão. A “confusão”, ou não-compreensão decorre da má ordenação dos elementos, ou seja, do desrespeito à sequência sujeito + verbo + complementos.

Considerações finais

Finalmente, observamos que, em razão de os autores não terem considerado a ordem como mecanismo gramatical, nem terem dela tratado conscientemente, mas intuitivamente, os temas relacionados a esse mecanismo não vieram à tona: *pertinência x não-pertinência; adjacência x ruptura de adjacência*.

As *Regras* de D. Jeronymo Contador de Argote é obra tributária à teoria universalista. Nessa, contudo, o tratamento dispensado à ordem foi diferente, porque mais explícito e organizador da explicação da sintaxe. É pela ordem, como se viu antes, que o autor classifica a sintaxe em simples e figurada. Argote explica a sintaxe da língua a partir da premissa de que existe uma ordem natural, SVO, considerada sintaxe simples, de composição das frases e orações da língua, nos textos em prosa. A alteração dessa ordem, somente possível na poesia, é considerada sintaxe figurada.

Depreende-se da leitura das *Regras* que tudo o que entre a língua portuguesa e a latina é coincidente é considerado natural e simples e o que é divergente é perturbação, no sentido de alteração da naturalidade. Por isso, a ordem “natural”, SVO, é tratada como uma propriedade da língua, enquanto a ordem ordem “figurada” é tratada como um acidente, uma questão de estilo. Dentre todos os casos analisados, porém, o autor não chegou a problematizar a ruptura da ordem “natural” como fator pertinente para a

língua, isto é, nenhuma das inversões acarretou mudança de sentido da frase. Os comentários sobre as inversões diziam sempre respeito à confusão, ou problemas de compreensão e legibilidade da frase.

O texto de Argote, devido a sua orientação teórica, volta-se, como intentamos desvelar, muito mais que os três antes analisados para a questão da ordem. Talvez nem seja exagero afirmar ser a ordem o critério organizador da sintaxe das *Regras da língua portuguesa*, embora os comentários do autor sejam baseados no estilo, e mesmo que nenhum exemplo dado mostre ser a ordem um dado pertinente da língua, que altere o sentido da frase; tudo fica, pois, reduzido ao problema dos “dialectos poético e prosaico”.

Referências bibliográficas

Fonte

ARGOTE, Jeronimo Contador de. (1725). *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*: ou disposição para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza. 2ª impressão. Lisboa : Officina da Musica. [1721]

Estudos

ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude (1997). *Grammaire générale et raisonnée*. Présentation de Jean-Marc Mandosio. Allia. [Le texte de cette édition reproduit celui de la 3è édition de la Grammaire, datée de 1676]

BARATIN, Marc. (1989). *La naissance de la syntaxe à Rome*. Paris : Minuit.

BARBOSA, Diogo Machado (1930). *Bibliotheca lusitana*. 2 ed. Lisboa, t. 1.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso (1976). *História e estrutura da língua portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro : Padrão

CASTILHO, A. T. de (org.). *Gramática do português falado – a ordem*. 4 ed. rev. Campinas : Ed. UNICAMP.

GONÇALVES, Maria Filomena (1998). Grammaires portugaises. *Histoire Epistémologie Langage*. Hors-série, n.2, SHSL, p. 381-415.

GUIMARÃES, Eduardo (1998). Grammaires brésiliennes. *Histoire epistémologie Langage*. Hors-série, n.2, SHSL, p. 417-423.

JAKOBSON, Roman (1981). *Ensayos de lingüística general*. Trad. do inglês de Josep M. Pujol e Jem Cabanes. Barcelona : Ariel. [1974]

KATO, Mary A. (1987). A teoria da adjacência do caso e a posição entre o sujeito e o elemento portador de flexão em português. *Estudos lingüísticos XV – Anais do Seminário do GEL*, p. 213-21.

KOCH, Ingedore; VILELA, Mário (2001). *Gramática da língua portuguesa – gramática da palavras, gramática da frase, gramática do texto/discurso*. Coimbra : Almedina.

LEITE, Marli Quadros (2007). *O nascimento da gramática portuguesa – uso e norma*. São Paulo : Paulistana / Humanitas.

LYONS, John (1979). Introdução à Linguística teórica. Trad. do inglês de Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo : Nacional.

MATEUS, Maria Helena Mira et alii (1983). *Gramática da língua portuguesa – elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual*. Coimbra : Almedina.

MAURER JR., Henrique Theodor (1959). *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro : Acadêmica.

- MORAIS, Clóvis Barleta de (1986). Gramáticas portuguesas. In: NEVES, Maria Helena de Moura (Org.) (1986). *Gramática*. Publicação do Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa. Série Encontros. Ano I, n. I. UNESP/Araraquara.
- NEVES, Maria Helena de Moura (Org.) (1986). *Gramática*. Publicação do Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa. Série Encontros. Ano I, n. I. UNESP/Araraquara.
- _____ (2002). A questão da ordem na gramática tradicional. In: CASTILHO, A. T. de (org.). *Gramática do português falado – a ordem*. 4 ed. rev. Campinas : Ed. UNICAMP.
- _____ (2006). *Texto e gramática*. São Paulo : Contexto.
- PONTES, Eunice (1987). *O tópico no português do Brasil*. Campinas/SP : Pontes.
- ROBINS, Robert Henry (1981). *Lingüística geral*. Trad. do inglês por Elizabeth Corbetta A. da Cunha. Porto Alegre/Rio de Janeiro : Globo. [1964]
- TARALLO et alii (2002). Rupturas na ordem de adjacências canônicas no português falado. In: CASTILHO, A. T. de (org.). *Gramática do português falado – a ordem*. 4 ed. rev. Campinas : Ed. UNICAMP.
- VASCONCELOS, José Leite de (1987). *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. 3 ed. Lisboa : Instituto Nacional de Investigação Científica. [1901]
- WILLIAMS, Edwin B. (1975). *Do latim ao português*. 3 ed. Trad. de Antônio Houaiss. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro.

Dicionários

- CAMARA JR., Joaquim Mattoso (1986). Dicionário de lingüística e gramática. 14 ed. Petrópolis : Vozes. [1977]
- DUBOIS, Jean et alii (1986). *Dicionário de lingüística*. Trad. do francês por Valter Khedi et al. São Paulo : Cultrix. [1973]
- HOUAISS, Antônio. (2001). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro : Objetiva.